

---Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

---Ponto número um – Período antes da Ordem do Dia;-----

---Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Municipais de dois mil e doze;-----

---Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Mapa de Pessoal de dois mil e doze;-----

---Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Delegação de Competências de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Óbidos para as Juntas de Freguesia no ano de dois mil e doze;-----

---Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Venda em Hasta Pública de Três Prédios Urbanos sítios na Freguesia de São Pedro;-----

---Ponto número seis – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de janeiro;-----

---Ponto número sete – Período fora da Ordem do Dia – Intervenção do Público.-----

---Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Feliciano José Barreiras Duarte, Custódio de Sousa Santos, Sérgio Cláudio Correia Felix e das Senhoras Deputadas Maria Cristina Fernandes Rodrigues e Sabrina Maria Paula Pinto Ribeiro, que foram substituídas pelo Senhor Deputado José Carlos Correia Carvalho e pela Senhora Deputada Ana Catarina Mateus Afonso, respetivamente.-----

---Como faltou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a mesma ficou constituída, nos termos de Regimento, pelo Senhor Deputado José Luís Rocha de Oliveira, Primeiro Secretário, que presidiu aos trabalhos e pela Senhora Deputada Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário.--

---Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos e leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Cartas de justificação de falta à presente reunião das Senhoras Deputadas Maria Cristina Fernandes Rodrigues, Sabrina Maria Paula Pinto Ribeiro e do Senhor Deputado Custódio de Sousa Santos; E-mails da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a proposta de Lei do Orçamento do Estado para dois mil e doze e Ofício do Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sobre a reforma da administração local. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal congratulou-se com a presença do Senhor Deputado Carlos Alberto Rodrigues Zina, o qual tem estado, nos últimos tempos, bastante debilitado fisicamente.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Câmara Municipal solicitou a inclusão de um novo ponto na Ordem de Trabalhos, a saber: “Apreciação e eventual autorização da Repartição dos Encargos do Procedimento referente ao Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE)”.-----

---Como não houve intervenções, foi posta à votação a inclusão do novo ponto na Ordem de Trabalhos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, passando a ser o ponto número seis. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - Foi presente a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “Proposta – Tendo em conta o falecimento no passado mês de outubro de José António Pereira Júnior que durante mais de vinte anos

exerceu funções de Presidente da Câmara; Considerando que no desempenho do cargo o saudoso autarca deixou uma vasta obra de realizações concretas perduráveis no tempo, mormente nas áreas do saneamento básico, da educação, da saúde, do desporto, da terceira idade e da cultura; Considerando que a dedicação por ele colocada ao serviço do progresso do Concelho, com claro prejuízo para a sua própria vida, é um exemplo que deve ser apontado às gerações futuras; O Grupo Municipal do PS propõe que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara que o município preste pública homenagem ao falecido ex-presidente José António Pereira Júnior dando o seu nome ao Largo fronteiro ao Estádio Municipal de Óbidos.”-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que foi indicado o Largo fronteiro ao Estádio Municipal. No caso de a proposta vir a ser aprovada e da Câmara Municipal concordar ou anuir a isso, o Grupo Municipal do PS não tem qualquer dificuldade em aceitar que o local seja outro qualquer. Não houve nenhuma razão especial. Foi por ser uma zona que tinha sido da sua iniciativa. Não veem qualquer objecção que seja noutra local. A principal intenção foi de que fosse um local com dignidade. O que pretendem é que não fosse dado o seu nome a uma travessa de segunda categoria ou a um pequeno beco. Sugeriu o dia onze de janeiro para prestar esta homenagem. Parece que existe recetividade do Grupo Municipal do PSD, o que é natural.-----

---O Senhor Deputado José Capinha disse que se associam à proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS. Pela homenagem que é devida e sentida por todos, deve ser só uma proposta. Relativamente ao local, segue o pensamento do Senhor Deputado João Lourenço. Poderá não ser aquele local, mas entende e apoia a ideia subjacente que colocou na importância do sítio e de ser algo que fique na memória de todos. Teve o privilégio e o prazer de conhecer o anterior Presidente da Câmara Municipal e de trabalhar na mesma, na altura em que ele era Presidente. Pensa que é uma pessoa que a todos, no Concelho, diz bastante. Nesse sentido é devida a homenagem e é sincera. Deixou a sua homenagem e associou-se à proposta que foi apresentada.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que importa referir que a Câmara Municipal terá, naturalmente, todo o gosto em fazer uma apreciação deste assunto. É um adepto destes atos simbólicos, que visam engradecer as pessoas e criar memória na comunidade. Não tem nada a obstar. Não percebe muito bem qual é o local que está a ser proposto, mas também lhe parece que a intenção foi dizer à Câmara Municipal para estudar o assunto. A Câmara Municipal vai estudar, mas depois tem de propor à Assembleia Municipal. A Câmara Municipal não pode deliberar sobre toponímia. É uma competência da Assembleia Municipal, pelo que vão apresentar uma proposta. Em dois mil e três, no feriado municipal, a Câmara Municipal fez uma homenagem pública, atribuindo-lhe a medalha de mérito. Nessa ocasião homenagearam a figura do anterior Presidente da Câmara. Não praticaram um ato de esquecimento em relação a quem abandona as funções públicas. Um ano e meio depois dessas funções estarem encerradas, foi feita a homenagem. Concorda com a ideia, mas têm que estudar, ouvir as opiniões e sujeitá-las a uma participação da Assembleia Municipal. Não vai haver Assembleia Municipal antes do feriado municipal. Não estão a pensar fazer nova Assembleia Municipal. Se não tiverem oportunidade de a fazer no onze de janeiro, podem, perfeitamente, criar um momento para isso. Foi sua intenção que toda a gente soubesse o que é que aconteceu. Veicularam a informação imediatamente e ficou muito satisfeito de sentir que, apesar de quase dez anos depois, houve muita gente a participar simbolicamente no funeral. Isso foi bom, porque não se ficou com aquela ideia de esquecimento. Isto deve ser feito com muita ponderação, com muita calma e com a participação de todos. Acha que a Assembleia Municipal deve ter o protagonismo final nessa iniciativa.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a proposta posta à votação, como proposta de recomendação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Senhor Deputado Fernando Jorge disse que queria fazer referência ao prémio que o Município de

Óbidos alcançou e que se trata do primeiro lugar no melhor município para estudar. Isto é significativo e muito importante. Premeia dois campos de trabalho deste Município. Por um lado, o investimento que foi feito no sistema educativo e nas estruturas que hoje estão ao dispor de todos. Aí, destacam-se os complexos escolares e, nomeadamente, os complexo escolares dos Arcos, do Alvito e do Furadouro, desde dois mil e oito e dois mil e dez, com a sua inauguração e, por outro lado, o esforço na construção de um projeto educativo local, com sustentação numa área também económica e, acima de tudo, orgânica do ponto de vista do próprio Município. Isto é importante realçar e salientar. Fez uma extrapolação para o orçamento, que vão discutir e ver, que na verdade, apesar do esforço que foi feito nos últimos anos, de muitos milhões de euros de investimento na educação, ainda se vê no mesmo um investimento de perto de cinco milhões de euros em dois mil e doze, não contando já com dois mil e treze, de investimento na educação. Isto é muito importante. Significa que apesar das dificuldades económicas porque passam, a educação continua a ser a primeira e uma das primeiras prioridades do Município de Óbidos. Como representante da educação neste Concelho e como membro e Deputado da Assembleia Municipal, deu os seus parabéns ao Município de Óbidos e fica muito contente por este facto. É um conjunto de projetos que levou a isto e esses projetos foram implementados nos últimos anos. Há um conjunto de profissionais de educação que estão por trás destes projetos, mas, em primeiro lugar, a decisão política e, naturalmente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de a partir de dois mil e dois ter tomado como prioridade a educação no Concelho de Óbidos. Está a ganhar pontos, cada vez mais, com um conjunto de prémios que estão a ser galardoados. Têm, neste momento, as condições, em Óbidos, para os alunos terem a melhor educação possível. Estão a construí-la e leva tempo. Não é só ter as estruturas, é preciso também ter um conjunto de projetos que estão a ser feitos. Vão continuar, em conjunto, profissionais da educação e Município de Óbidos, a construí-la. Deu os parabéns aos Município de Óbidos, sendo um momento feliz para todos os que trabalham na educação.--

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que concorda inteiramente com o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou. Fica mais ao critério da Câmara Municipal a escolha do local. A intenção é que seja um lugar com dignidade. Associa-se ao Senhor Deputado Fernando Jorge pelo notável prémio que foi atribuído ao Município de Óbidos. É de facto um motivo de grande regozijo para todos. Sem querer causar polémica, alertou a Mesa para um problema que não sabe se existe. Foi publicada e entrou em vigor a Lei cinquenta e cinco de dois mil e onze, que altera o regime jurídico do sector empresarial local. Chamou à atenção de que não podem fazer parte da Assembleia Municipal membros das empresas municipais. É para se ter atenção a este facto, porque pode passar despercebido. É ver bem qual é o conteúdo desta disposição e ter atenção a isso.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a forma simpática como o Senhor Deputado Fernando Jorge se dirigiu ao Executivo. Disse que têm a iniciativa, mas sentem que a comunidade os acompanha. É um prémio do Concelho e não um prémio do Município de Óbidos. Têm que ter consciência do que criaram. Têm um conjunto de edifícios que têm qualidades muito acima da média. Em Óbidos têm umas escolas muito agradáveis e que proporcionam a afirmação de determinado tipo de projetos educativos. O tempo que agora têm à frente é o tempo para conseguirem, todos juntos, afirmar um projeto educativo. Todos juntos, ao nível da consciencialização daquilo que querem fazer para o futuro. As decisões políticas têm, de facto, um impacto muito grande e muitas vezes ouvem, como nos últimos tempos, que determinadas decisões condicionam a vida dos jovens e dos bebés, havendo consequências durante muitos anos. Nunca escondeu que o plano da Câmara Municipal não era apenas fazer escolas novas. Isso era uma parte do plano. A outra parte do plano é construir um projeto educativo que abriga a que a Câmara Municipal aborde a educação ainda de forma mais profunda do que aquilo que faz hoje. Quando diz a Câmara Municipal, significa uma nova organização, que, necessariamente, tem que ser aceite pela comunidade e por todas as forças políticas. Óbidos ganhará ai um

posicionamento extraordinariamente importante, com os riscos e com os custos que isto lhe trás também. Na próxima terça-feira vai colocar esta questão ao Senhor Secretário de Estado da Educação que visita as escolas do Concelho, de forma muito frontal. Isso implica que tenham todos a consciência que se houver abertura por parte da atual equipa ministerial, dão um passo muito forte, ou podem vir a construir passos no sentido de concretizar o sonho de implementar escola municipal no Concelho de Óbidos. Isto é, a responsabilidade do ensino obrigatório passa a ser inteiramente do Município. Isto obriga a uma mudança na organização interna do Município e obriga a uma consciencialização por parte da comunidade. Está convencido que é a única maneira de melhorarem os resultados educativos. Eles têm vindo a melhorar, mas têm que agir ainda com mais eficácia, têm que ter, ainda, melhores resultados. Enquanto não os tiverem não se vão dar por satisfeitos. Não consegue compreender porque é que os melhores sistemas educativos, que estão nos melhores rankings, que sempre estiveram nos melhores rankings, não têm mais despesa do que a Câmara Municipal tem, mas têm melhores lugares no ranking e têm todos um sistema descentralizado de educação, criando essa responsabilidade nos municípios. É uma matéria dura e pesada, mas é uma responsabilidade que não enjeitam e que estão preparados para a enfrentar, num clima de controlo, fiscalização, acompanhamento e de exigência por parte do Ministério da Educação. É isso que vai propor à atual equipa ministerial. Lembrou que falta cumprir a segunda parte. Estão com um discurso muito mais impaciente. O facto de estarem a construir edifícios foi atenuando um bocadinho essa vontade, porque sabiam que tinham que ter condições físicas para implementar um projeto educativo. Agora não lhes cortem as pernas. O mais importante é conseguirem ter a consciência de que conseguiram produzir um trabalho mais eficaz junto das crianças e que conseguiram criar verdadeiras equipas com os professores. Os níveis e paciência vão esgotar-se rapidamente, porque também há a pressão de terem gasto dinheiro dos contribuintes, europeus e portugueses, e já são quase quinze milhões de dinheiro dos contribuintes, que agora tem de ser otimizados em termos de resultados. Espera que haja coragem, do lado de cá, para confiarem nas capacidades da Câmara Municipal, porque confia nas capacidades da comunidade para conseguirem fazer melhor do que aquilo que fazem atualmente. Precisam de melhores métodos, precisam de melhorar a organização, não precisam de gastar mais dinheiro. Até podem gastar menos dinheiro, mas têm que saber mexer no aspeto da organização da educação. Chamou à atenção de todos de que é talvez a coisa mais importante que têm pela frente, hoje em dia. Vale muito mais do que todas as obras que ainda estão por fazer, todos os edifícios que ainda vão construir, todas as ruas que ainda vão arranjar, etc.. Esse é o desafio e vai ser a grande luta para dois mil e doze, independentemente do que os outros, que têm responsabilidades, lhes quiserem dizer logo.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---Ausentou-se da reunião a Senhora Deputada Sílvia Sara Sousa Saramago.-----

---PONTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE DOIS MIL E DOZE: -

Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número sete mil novecentos e setenta e nove, de dezasseis de novembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Municipais de dois mil e doze.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho leu a intervenção do PS, relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve: “Este não é um ano para lutas partidárias em torno de questões orçamentais. As dificuldades financeiras que resultam de uma crise económica e financeira generalizada, fruto de erros passados e agravada por erros presentes, impõe que não nos esgotemos em discussões estéreis e em acusações mútuas sem sentido. Estes tempos exigem não unanimismos bacocos, mas parcerias políticas que saibam na diferença de projetos e de opiniões, salvar o essencial e dispensar o

acessório. A falta de financiamento que afeta toda a Europa e em especial os países mais expostos à chamada crise das dívidas soberanas, impõe rigor e contenção na preparação dos orçamentos para dois mil e doze, sejam eles nacionais, regionais ou municipais. Este não é tempo das culpas, muito menos o tempo do passa-culpas, mas este é o tempo em que importa lembrar erros do passado, para não os repetir no presente e assim salvar o futuro. Confrontados com esta proposta de orçamento municipal para dois mil e doze, constatamos em Óbidos a repetição de erros do passado. Felizmente já não o empolamento irreal das receitas, quem se lembra dos orçamentos dos quarenta e três milhões, nem a multiplicação das empresas municipais, registando como positivo o anúncio já assumido pela maioria PSD de extinção da empresa Óbidos Requalifica, mas mantendo ainda vícios, despesas e previsões que o PS considerou e considera um mau caminho. O PS de Óbidos nunca precisou desta crise para tratar esta e outras matérias com rigor. Os eleitos do PS em Óbidos nunca usaram a discussão orçamental para devaneios eleitoralistas, nem para hipocrisias financeiras. E hoje, na discussão de mais um orçamento municipal da maioria PSD, o décimo orçamento da maioria PSD, afirmamos tão só aquilo que são as nossas opiniões, esperando, num futuro próximo, ter oportunidade para propor orçamentos que corrijam aquilo que hoje e sempre criticamos. Este orçamento, como outros do PSD em Óbidos merece a nossa crítica por três motivos essenciais: Não cumpre as muitas promessas eleitorais do PSD, não corrige uma espiral de endividamento municipal, não apresenta com rigor as opções financeiras municipais. Mais um ano que vai passar e muitas das promessas do PSD continuam a ser apenas isso. A requalificação do Largo de São Marcos, o Museu das Guerras Peninsulares, a nova sede da Junta de Freguesia de Gaeiras, o projeto Óbidos Gourmet, o projeto Eco Vila, a Fabrica e o Museu do Chocolate, as muitas habitações sociais. Proponho que regressemos a dois mil e oito e ao plano plurianual de investimentos da Câmara Municipal de Óbidos. Lá estava, com todas as letras, que a intervenção no Aqueduto e o Grande Auditório estavam previstos para dois mil e dez e o Museu das Guerras Peninsulares em Gaeiras para este ano de dois mil e onze. Nesse orçamento para dois mil e nove, ano de eleições, lá surgiam as ideias criativas, tudo com nomes muito sugestivos, a Praça da Criatividade, o Armazém da Ideias, a Creative Box, o Laboratório de Educação Criativa, a Unidade de Gastronomia Molecular, o programa Óbidos Gourmet. Bem nos lembramos de outros projetos e de outros orçamentos e de outros nomes sugestivos, como a Casa do Pescador, o Cinema Digital, o Centro Náutico da Lagoa, os Centros de Interpretação Ambiental e já para não falar nas anunciadas Piscinas Oceânicas, um Eco-Museu no Bom Sucesso e o Museu do Desenvolvimento Rural, ou a criação das Sociedade Veículo, ou os há muito abandonados projetos do Criatório das Ostras, ou da Maçã de Óbidos, ou mesmo o há muito prometido Parque Eólico das Cezaredas, ou ainda a Central de Biomassa no Bom Sucesso. Uns caídos no esquecimento, outros lembrados apenas para mais um ano de promessas e de adiamentos. Mas há dois casos particularmente emblemáticos. A nova Igreja nas Gaeiras. Lembramos aqui que a comissão para a construção da nova Igreja das Gaeiras tem afixado publicamente as suas contas e vem prosseguindo uma voluntariosa angariação de fundos, tendo já conseguido reunir cerca de cem mil euros, afigurando-se da maior importância que a Câmara Municipal inclua no orçamento para dois mil e doze a sua comparticipação, para poder ser programado o início desta obra. Por outro lado, a dívida à Associação do Desenvolvimento Social de A dos Negros, está a criar uma situação de total insustentabilidade que consideram particularmente grave. E o endividamento municipal. No final de dois mil e dez a Câmara Municipal e as Empresas Municipais deviam globalmente cerca de dezasseis milhões de euros. E como vai ser dois mil e doze. Vai haver um aumento da dívida, vai continuar a dever-se milhões a fornecedores, vai inscrever-se despesa que se julgava paga, como no caso dos complexos escolares. Alerta-se para o facto de a proposta de orçamento para dois mil e doze prever um aumento de mais de um milhão de euros das dívidas bancárias de médio e longo prazo no próximo ano. E este continua a ser um orçamento de indefinições. A estratégia usada pela Câmara Municipal de Óbidos para continuar a

prever investimentos que manifestamente não possuem os recursos financeiros para se concretizar. Este orçamento para dois mil e doze prevê quase treze milhões de euros de investimento indefinido. Este orçamento municipal continua a definir mal as suas prioridades, já que dá mais de meio milhão de euros às Empresas Municipais, o mesmo dinheiro que atribui às nove Juntas de Freguesia do Concelho. Apenas financia com sessenta mil euros as Coletividades Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho e apenas investe cinquenta e seis mil euros, dez por cento daquilo que dá às Empresas Municipais, nas Fábricas de Igrejas do Concelho. Este é o orçamento que prevê gastar mais do triplo em habitações criativas do que em habitação social. Como sempre e a nossa atuação é disso um permanente exemplo, o PS e os seus eleitos quererão fazer parte da solução dos problemas. É esta a nossa postura que aqui hoje reafirmamos e confirmamos sem esquecer as nossas propostas, a necessidade de orçamentos mais realistas e verdadeiros, mais claros e transparentes. Um orçamento que assuma prioridades e que não queira prometer o que nunca se vai fazer. Um orçamento que deixe de transferir dinheiro para as Empresas Municipais. Um orçamento que deixe de gastar tanto no acessório e se concentre no essencial.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que existe uma espécie de um certo jogo na democracia, que é o facto de quando lhes mandam a bola, têm por bom hábito procurar enviá-la para o campo do adversário. Pareceu-lhe que a intervenção que foi feita teve apenas aqui uma grande desvantagem para a equipa adversária, que foi o facto de não ter sabido concentrar-se numa estratégia que, por um lado, interpretasse bem o orçamento que tem à sua frente e, por outro lado, que lhes deixasse, de forma mais enfatizada, qual é que era a crítica, qual é que era a grande questão que falhava no orçamento para dois mil e doze. Parece-lhe que é apenas aquele recurso retórico, já conhecido, por isso pouco inovador, pouco criativo, na medida em que há um conjunto de repetições na leitura de um conjunto de frases e de coisas. Dizer que se gasta mais em habitações criativas do que em habitações sociais é bonito, fica bem. Quando se faz uma crítica com este tipo de fundamento, do ponto de vista formal soa bem, mas isso não tem a menor sustentação do ponto de vista prático, nem sequer traduz aquilo que é a verdadeira preocupação que domina a intervenção municipal na construção das habitações. Confunde-se habitações criativas com recuperação de património. Confunde-se o fortalecimento de um centro histórico que está envelhecido e desertificado com uma característica mais ligeira, de usar as habitações sociais como o grande paradigma da intervenção de uma Câmara Municipal. Têm intervenção municipal prevista e continuaram a fazer intervenção social, como sempre fizeram, de forma sistematizada, através de mais de trinta programas de intervenção que o Município tem e que acolhe diariamente, para além de suportar uma rede social traduzida nas Associações, nas IPSS, nas Juntas de Freguesia e numa cultura que felizmente evoluiu muito neste Concelho nos últimos anos, que é uma cultura de dar respostas rápidas a partir dos pontos mais curtos, isto é, a partir do sítio onde as ocorrências mais complicadas acontecem. É claro que quem não acompanha a realidade do Concelho não percebe a força da rede social, mas ela existe, não é suficiente para acudir a tudo, não será, e estão muito preocupados fase àquilo que é um ambiente que produz cada vez mais infelicidade, com desemprego, com miséria e com situações muito complicadas. Ainda bem que souberam construir a rede que têm hoje, porque isso os defende e os prepara cada vez melhor. Apenas usou o exemplo das habitações criativas do que habitações sociais, para demonstrar que de facto isso não tem o mínimo de cabimento nem é justo, sequer, fazer uma afirmação dessa natureza. O rol de críticas que é feito socorre-se apenas de uma única coisa, apesar de produzirem aqui críticas em muitas direções, que é o evocar as promessas da Câmara Municipal, as suas intenções, mesmo que elas tenham desaparecido da sua agenda, ou mesmos que elas já tenham sido sobejamente explicadas, ou mesmos que elas estejam previstas acontecer, mas na opinião da oposição, se disserem que não vão acontecer, não vão acontecer. A oposição diz que não vai haver o Museu das Guerras Peninsulares e portanto não vai acontecer,

porque a oposição está a dizer que não vai acontecer. Mas a Câmara Municipal está a dizer que vai acontecer. Em que é que ficam. Apenas pode transmitir aquilo que é o trabalho e a situação da Câmara Municipal. Têm um financiamento, não é um financiamento muito grande. Tiveram que ajustar por força desse financiamento e também da evolução das aquisições do Largo de São Marcos, mas nos próximos dias vão partilhar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia a proposta final para intervenção no Largo de São Marcos. A oposição vem aqui dizer, apesar do orçamento o prever, que não vai haver Largo de São Marcos. Não perguntou porque é que ainda não houve, ou porque é que ainda não aconteceu. Não faz sentido querer essa lista toda de equipamentos, quando não existem recursos suficientes para o fazer, ou quando alocaram as prioridades para outros sectores. Atacar o orçamento com base na falta de prioridades ou não esclarecimento das prioridades, de endividamento e das opções financeiras, é um argumento pouco engenhoso. Em relação ao endividamento, o Município de Óbidos só se socorreu desse instrumento, apesar do endividamento hoje estar diabolizado por mau uso, não da Câmara Municipal de Óbidos, mas de muitas Câmaras e de Governos a que o Senhor Deputado pertenceu e de muitas empresas públicas que os Governos a que o Senhor Deputado pertenceu nomeou e deixou que, na balda, criassem um buraco a ponto de ainda no mês de maio não haver, se não houvesse uma intervenção externa em Portugal, coisa que não existia há décadas, salários para pagar o dos funcionários públicos, incluindo o do Senhor Deputado. Estas situações que ocorreram criam, por um lado, uma vontade de atacar a Câmara Municipal no seu endividamento. Tem um endividamento que os órgãos municipais decidiram ter e para os objetivos que os órgãos municipais entenderam, de forma muito contida, de forma muito racional e de uma forma muito consciente. Não faz sentido, mais uma vez, estarem a falar de intervenção social, de educação, de obras, que necessitaram de ter, por algumas razões, que foram na devida altura explicadas, bem como o seu financiamento. Não faz sentido agora invocar a situação de que se recorreu a um endividamento. Estão numa situação financeira perfeitamente equilibrada. Não é preciso fazer este tipo de avaliações, que poderia ser feito noutros municípios, com muita justiça e com muita pertinência. Não consegue perceber que o Município seja atacado de endividamento, quando apresenta um orçamento a dizer que não vai fazer empréstimos. Se estivessem a propor empréstimos em dois mil e doze, percebia a crítica de endividamento. Não vão confundir encargos com a dívida criada anteriormente, com novos endividamentos. O orçamento não apresenta novos endividamentos. Não sabe o que quer dizer com as opções financeiras. As suas opções financeiras são o orçamento e são a manutenção de um conjunto de serviços à população, acrescidos de alguma despesa extraordinária. Essa despesa extraordinária tem fundos comunitários, com participações muito elevadas. Se não fizessem essa despesa extraordinária não aproveitariam os fundos. Se não aproveitassem os fundos, diria se isto é uma boa gestão pública. Existe, nalgum sítio do mundo, quem dê dinheiro a fundo perdido a oitenta e cinco, ou até a noventa por cento? Existe algum gestor, algum autarca neste mundo, que tendo essa oportunidade não a vai usar? O dinheiro é um recurso financeiro, é um recurso que não abunda, sobretudo neste país. Configuram aqueles investimentos que consideram que são necessários, e têm intervenções, seja de requalificação urbana, seja de recuperação patrimonial, seja, sobretudo, de fortalecer a estratégia da Câmara Municipal, que o Senhor Deputado não percebe, que é a estratégia da inovação e a estratégia da atração de empreendedores ao Concelho, que se tem que fazer durante muitos anos e de forma permanente. Não se faz essa estratégia, se não criarem passos, políticas e medidas para que assim aconteça. As coisas acontecem se esse discurso for acompanhado de um conjunto de ações. Perguntou se o Senhor Deputado está, ou não está, com uma política de empreendedorismo. Está, ou não está, com uma política de inovação. Está, ou não está, com uma política de aproveitamento de fundos comunitários. Está, ou não está, com uma política de atração de novos empresários ao Concelho. Está, ou não está, com a criação de um ambiente em que os jovens percebam que este é o caminho e que aprendam também com o exemplo dos outros. Está, ou não está, em

reproduzir e ajudar a socializar estas coisas entre a comunidade e a população. É importante que se saiba se está. Porque se está, acompanha a Câmara Municipal na Praça da Criatividade, em todo o programa da Óbidos Criativa que está a decorrer dentro da Vila de Óbidos. Tem apenas essa designação, mas é uma intervenção em quase uma dezena de edifícios que estão a cair de podres. Evitaram que fosse mais um conjunto de casas ocupadas por franceses, ou por pessoas que apenas procuram Óbidos como segunda, terceira ou quarta habitação, sem desprimor para essas pessoas, que são sempre bem-vindas, mas não querem o centro histórico dominado por eles. Querem que as pessoas vivam no mesmo. É por isso que também vão construir os edifícios centrais no parque tecnológico, uma obra emblemática, que poderá permitir a atração de muitas dezenas de empresas para o Concelho, uma vez que a situação financeira não vai permitir grandes aquisições de lotes e grandes construções de edifícios, porque não há instrumentos de política pública para apoiar as empresas na construção de edifícios. Se quiserem discutir as coisas perante a realidade, vale a pena fazê-lo. Não podem fingir e construir uma narrativa à volta das coisas, para repetir um conjunto de frases que já foram ditas. Prometeram imensas coisas, mas não prometeram piscinas oceânicas. Não sabe o que são. É fazer piscinas no oceâneo, é ir buscar água ao mesmo. Devem estar a confundir com outras coisas. Existia uma vontade de fixar junto das aldeias, gerando mais conforto urbano, piscinas de recreio, criando pequenos clubes, mas que só podiam funcionar a partir do momento em que conseguissem cumprir um objetivo imaterial muito importante, que era ter primeiro piscinas de aprendizagem suficientes, para que todas as crianças, pelo menos até aos cinco anos, seis anos, soubessem nadar. Não conseguem fazer isso apenas com uma piscina. Quando entram nas prioridades, têm que ir fazendo outras coisas primeiro, mas que adorava poder cumprir esse desígnio adorava. Não existe nada melhor para defender as crianças que é dar-lhe o ensino e a prática da natação o mais cedo possível. Depois o toque da nova igreja. Vindo do Senhor Deputado e desse Grupo Municipal, depois de cem anos de república, parece uma evolução, porque são os maiores defensores de igrejas que conhece em Óbidos. É uma conversão do velho PS para uma nova organização socialista, que agora defende como prioridade a construção de igrejas. É matéria de uma Assembleia Municipal defender construções de igrejas, de templos religiosos? Estão a confundir os planos. Essa matéria já foi resolvida pelo menos desde os anos trinta em Portugal. Chama-se a separação entre a igreja e o estado e tem a ver com uma regulação dessas relações, que se traduziu de uma forma contratual chamada concordata. Querem fazer confundir os planos. Discute com a comunidade religiosa aquilo que é da mesma. Mas os templos não são da Autarquia. No dia em que a comunidade religiosa, na organização que tem, vier ter com a Câmara Municipal a pedir um apoio público para a construção desta ou daquela igreja, fazem o que fizeram até hoje, participam, apoiam e isso ainda não aconteceu. Parece que o PS já está muito preocupado e quer saber antes do que os representantes das comunidades religiosas. Um membro do Governo, um membro de uma Autarquia, tem que, por respeito da separação entre aquilo que é da igreja e aquilo que é do estado, ter uma postura. A comunidade está a fazer a sua recolha de fundos e no momento que sentir que tem capacidade para avançar, discutirá com a Câmara Municipal qual é a capacidade da mesma. Do ponto de vista municipal, têm condições para criar apoios nos próximos dois, três anos, para que esse velho sonho da comunidade religiosa se cumpra, mas não é a sua primeira preocupação. Não tem que se preocupar com igrejas. Não é a sua função como Presidente da Câmara Municipal. Tem que se preocupar em criar apoios que, do ponto de vista religioso, a comunidade e sobretudo a comunidade dominante, que é a comunidade católica, possa ter condições de praticar a sua fé e de viver a sua religiosidade, mas não vão confundir. E o PS ao vir falar de prioridades e ao vir falar de igreja, está a confundir os planos, possivelmente por um erro de reflexão, mas não pode fazê-lo. Felizmente, não o faz o parlamento nacional e não o fazem as autarquias que conhece. Ninguém faz isto. Ninguém trás para dentro da discussão autárquica as questões de apoio a templos religiosos, porque essa não é uma matéria para ser discutida aqui. Sobre esse ponto de vista, ao falar-se em



prioridades, parece-lhe uma desorientação completa e um desalinhamento completo. Talvez seja por isso que não percebe qual é a estratégia de ataque ao Município, a não ser disparar para todos os lados e levantar um conjunto de velhas questões. Começaram muito bem esta Assembleia Municipal, com uma votação por unanimidade. Foi um começo de excelência e espera que também a possam encerrar com um tom de grande consenso, porque isso seria muito importante. Sempre criaram os valores globais do orçamento em função das obrigações que tinham. Quando tiveram orçamentos de quarenta e três milhões sabiam que estavam a inscrever verbas para poderem candidatar-se a fundos comunitários e explicaram sempre isso. Se tivessem feito quarenta milhões ou quarenta e três milhões de receita nesse ano, era bom sinal para todos. Está-se também a querer fazer a discussão da conta de gerência, que é matéria lá para Abril. É discussão de primavera. É verem, depois das contas estarem todas fechadas e devidamente apresentadas, como é que correu o ano de dois mil e onze. Depois, podem falar, se a dívida cresceu ou baixou, se calhar vão ter algumas surpresas, podem falar sobre um conjunto de questões. Também sabe como é o comportamento do PS em matéria de criação de receita e vão ver isso daqui a pouco. Sempre que a Câmara Municipal apresenta um assunto de criação de receita, é rara a vez que essas soluções, na Câmara Municipal, são aprovadas por unanimidade, porque o PS tem lá um farol que os orienta para não acompanharem o Município na arrecadação de receita. Caiu por terra toda a crítica de combate à dívida. Com mais receita combatem a dívida. Para agirem em consequência, quando fazem hastas públicas, quando criam uma série de coisas que permitem receita para o Município, têm que acompanhar o mesmo e o PS não acompanha. Se não acompanham perdem um bocadinho a autoridade e a legitimidade para fazer essa crítica, porque não acompanham a Câmara Municipal nesse esforço de construção de receita. Há que reler outra vez o orçamento e há que perceber que têm uma proposta muito importante, muito contida, do ponto de vista da sua capacidade e que, certamente, o PS, daqui a uns tempos, vai criticar porque é que foi de vinte e oito milhões e porque é que não foi maior, porque assim passaram-nos a perna e chegaram ao ano das eleições com uma execução brutal. Depois vão fazer a crítica ao contrário e vão ter saudades por não haver orçamento de quarenta milhões. Apesar da crise, de ano para ano, têm vindo sempre a aumentar a receita. Aumentar a receita é, de facto, aquilo que o Primeiro-ministro pensa todos os dias. Independentemente do que acontece, a Câmara Municipal tem sempre conseguido fazê-lo. Está de consciência tranquila.-----

---O Senhor Vereador Humberto Marques disse que a intervenção que ouviram do PS lhe fez lembrar dois tempos: Uma parte escrita num dia de muito sol, outra parte escrita num dia de muita chuva. Sentiu uma certa desarticulação entre a primeira parte da intervenção do PS e a sua segunda parte. Lembrou que o orçamento é elaborado, pensado, numa circunstância de mudança constante devido à construção do Orçamento Geral do Estado para dois mil e doze. Quando falam que a Câmara Municipal recorreu a mais de um milhão e meio de valor de empréstimo a médio e longo prazo, é bom ter em consideração que no momento em que o Executivo estava a elaborar o orçamento, estavam na eminência de passar dos cento e vinte e cinco por cento para os sessenta e dois e meio. Se não tivessem metido o valor total inscrito no orçamento em termos de médio e longo prazo e se tivessem necessidade, por qualquer orientação ou para atingir os resultados e a estratégia que têm pensada para o Concelho, de recorrer a esse financiamento em dois mil e doze ou dois mil e treze, como é que fariam. Iriam ser penalizados por força do Orçamento Geral do Estado em dois mil e treze, com retenção de fundos. Acha que não. O orçamento, sobre essa matéria, teve essa preocupação e essa cautela. Sentiu muitas críticas do PS. Sentiu, por parte do PS, arrogar-se detentor do conhecimento, da sua visão e da sua estratégia, mas não sentiu, em momento algum, na Câmara Municipal, qualquer proposta do PS para se incluir no orçamento. Toda a crítica que o PS faz cai por terra, porque em sítio onde tinha oportunidade para fazer proposta nunca o fez. Fazem um conjunto de críticas e não dizem que este orçamento é um orçamento quem em relação a dois mil e onde reduz em cerca de dez por cento a despesa corrente, sem considerar

os cortes que estão previstos no Orçamento Geral do Estado, mais de dois milhões de euros. Dois mil e onze já foi um ano de muitos cortes da despesa corrente. Continuam a manter uma performance muito grande nas despesas de capital. Continuam a não inscrever neste orçamento receitas de capital que vão ser, no próximo ano, conduzidas até ao orçamento via Feder, por conta de muitas compras que fizeram nos últimos tempos de habitações dentro do centro histórico. Estão a falar de valores que lhes permitem superar aquilo que é a necessidade de autofinanciamento, para alavancar os espaços criativos. Fazer-se este exercício, quase demagógico, de meio de milhão de euros para as empresas, contra meio milhão para as Juntas de Freguesia, é errado. A Câmara Municipal limitou-se a fazer cumprir aquilo que foi a proposta dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Sobre as empresas municipais estranha a atitude, porque o PS há um ano atrás, teve a possibilidade de ver no orçamento oitocentos mil euros. Nem uma palavra disseram hoje sobre o corte de oitocentos mil euros para quatrocentos mil mais IVA. Não conseguiram ver cerca de cento e vinte mil euros para aquisição de mais terrenos no Largo de São Marcos. Não conseguiram ver que estão inscritos valores para a própria obra de requalificação, onde procuram desmultiplicar muitas obras. Conseguem dividir isto em Junta de Freguesia, em museu das guerras peninsulares, enfim, fazem este exercício. É uma obra e essa obra está a ser trabalhada pela Câmara Municipal há muito tempo e continuam a encetar muita pressão sobre o Mais Centro. Se forem bem sucedidos é muito à custa dos quarenta e três milhões de euros que tiveram a coragem de inscrever em dois mil e oito, contra a vontade do PS. O que tem representado em matéria de execução no Mais Centro, permitirá executar esta obra no Largo de São Marcos. Querem fazer política com a própria igreja. O Senhor Vereador José Machado sabe que apesar da Câmara Municipal até hoje ainda não conhecer o caderno de encargos e o projeto de execução da igreja das Gaeiras, meteu setenta e cinco mil euros na rubrica, a prever eventual apoio à construção da mesma. Acha lamentável, instrumentalizar-se associações que devem defender pessoas, sem qualquer ligação política ou partidária. Não é a primeira vez e é sempre a mesma, de uma forma errada. Vê falar de uma dívida ao Centro Social de A dos Negros. A Câmara Municipal sabe. Ainda no mês passado fizeram um pagamento e têm estado a fazer os pagamentos de acordo com aquilo que foi estabelecido entre a Direção e que a mesma pediu à Câmara Municipal para fazer. Não percebe porque é que vêm trazer o assunto à coação. Quando falam do orçamento de dois mil e oito e do orçamento de dois mil e nove e dizem que vão ver a prestação de contas de dois mil e onze, procuram misturar as coisas, dando a ideia que a Câmara Municipal vai ter um aumento da dívida a fornecedores. Fizeram tábua rasa da informação que a Câmara Municipal prestou na última Assembleia Municipal, onde se fez notar uma redução substancial da dívida a fornecedores, onde foi dito que dessa dívida havia acordos e que os fornecedores já haviam recebido muito valor. Mas vêm procurar empolar e ao mesmo tempo vêm omitir uma outra coisa, que mostra bem a performance da gestão de execução do Município, que é os graus de liberdade. Imaginem, num tempo de crise, que a Câmara Municipal, em dois mil e dez, tinha zero de capacidade de endividamento de médio e longo prazo. Hoje têm cerca de dois milhões de euros. Se isto está tão mau, porque é que a Câmara Municipal aumentou o seu grau de liberdade de endividamento. Esta é a reflexão que todos devem fazer.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que isto de andarem a trabalhar para o bem dos outros, com sentido de serviço público, diariamente torturados com os problemas dos outros, não é matéria para se brincar, não é matéria para uma ironia, daquelas ironias de quem diz que andam a pensar nas Criative Box, nos armazéns das ideias, dos criatórios de ostras, das piscinas oceânicas. Isso só pode ser entendido como um escárnio jocoso de péssimo gosto. É demasiado sério o trabalho que tem sido feito e o que está a ser feito, para andarem a gozar com habitações criativas e habitações sociais. Têm espaços criativos. Basta entrar na Vila para ver o que são espaços criativos, o que é a criatividade e a capacidade técnica de executar os orçamentos comunitários e poder ter recursos aos fundos que os outros não têm. Isso é gastar dinheiro, sem gastar um centavo do bolso dos contribuintes. É investimento que está a ser feito. A voz

do Senhor Deputado Luís Carvalho faz rir, como fez rir o escárnio em que se aproveitou para tentar demolir uma obra séria, de trabalhadores sérios, em prol dos outros. Brincar com os termos é escárnio, é ridículo e é nojento. O discurso pensado, escrito, para ser assim afirmado, nesse tom e nesses termos, é muitíssimo lamentável. Pior ainda é a leitura que foi feita de promessas não cumpridas, vícios antigos, pagar obras que já estavam pagas e depois, muito preocupado com o Largo de São Marcos, com a Associação de A dos Negros e com a igreja das Gaeiras. Óbidos é a melhor Autarquia para estudar. Há decréscimo da despesa pública relativamente aos anos anteriores e relativamente ao estado. Em dois mil e oito tinham quarenta e um milhões de euros de orçamento, como disse o Senhor Deputado, e hoje têm vinte e oito milhões de euros. É um decréscimo superior a trinta por cento. Seria bom que o estado central pudesse fazer uma contenção deste tipo. Infelizmente não é possível, pelo estado degradante das finanças públicas que os socialistas deixaram ainda há muito pouco tempo. Passou de oitocentos mil euros para quatrocentos mil euros mais IVA, o orçamento da Óbidos Patrimonium. Dizer que não devia haver transferência para as empresas é um engano. Os museus pagam-se a si próprios, os serviços culturais pagam-se a si próprios, a investigação histórica paga-se a si própria, a valorização do património paga-se a si própria. Trata-se de serviços, não está a falar de eventos, que se pagam a si próprios, que são serviços da cultura e de património e que a Câmara Municipal, neste caso, pelo património que tem e pela história que faz todos reviver, tem obrigação de fazer essa despesa, porque a mesma é um investimento. Num orçamento de vinte e oito milhões de euros, têm doze milhões de euros de investimento e esse investimento tem prioridades. Tem o melhor Município para estudar. Prioridades na educação, a escola Josefa d'Óbidos. Foi mais uma vitória extraordinária que se conseguiu ter, num período em que não há dinheiro para nada. Conseguiu-se fazer a requalificação daquela escola, para terminar, acabar este ciclo das escolas no Concelho de Óbidos. A Praça da Criatividade, mais os espaços criativos, constituem um investimento extraordinário, num momento em que ninguém faz investimento público. Faz a Câmara Municipal investimento público sem gastar em centavo do contribuinte, por recurso aos fundos comunitários que tem e que os outros não têm. Isto é mérito próprio. A política da Câmara Municipal não é só educação e as infraestruturas têm aqui, também, investimento no saneamento básico. Estão claramente definidos os objetivos, os termos de prioridades, pelos valores que estão alocados. É prioridade a reabilitação, a requalificação, as indústrias criativas e ainda o saneamento. Dizer que não há prioridades é não querer ver ou querer desfazer o que está feito e que está à vista. O mérito e a capacidade que têm sido demonstradas naquilo que está a ser feito, que já foi feito e continua a ser feito, devia ser motivo de regozijo e não motivo de escárnio. Aparecem em dois mil e doze cerca de quatro milhões de euros, como receita extraordinária de licenciamentos novos, fruto da negociação que a Câmara Municipal fez com os promotores dos resorts no Concelho. Não se brinca com a dificuldade e com os direitos que todos têm a ter um teto e uma habitação decente. Num Município que tem preocupações sociais, é triste ver esses trocadilhos de palavras entre habitações criativas e espaços criativos, que apenas exprimem cinismo puro. É este cinismo que devolvem à procedência. Onde não há prioridades, elas estão aí, onde não há capacidade para reduzir a despesa, ela está aí e onde há capacidade para fazer mais, com muito menos, está aí, à vista de todos.-----

---O Senhor Deputado Vítor Mata disse que o PS em anteriores Assembleias Municipais falava muita vez naquela obra de A dos Negros, de grande envergadura, que esperam inaugurar em dois mil e doze e hoje não disse nada. Dá impressão de que aquilo não existe e que não lhe faz importância. Lamenta que os Senhores Deputados e colaboradores socialistas de A dos Negros enveredem por campanhas pouco honestas, contra aquela obra. Há pouco tempo andavam a dizer que aquilo era propaganda, que nunca iria ser feito. Depois manifestavam na Assembleia Municipal alguma preocupação sobre o começo das obras. Existem aqui muitas contradições. Agora andam a dizer que aquilo não faz falta nenhuma e é desperdício de dinheiros públicos, como se a obra não fizesse falta. Se fossem eles a fazer, já fazia falta,

claro. Estiveram lá tanto tempo e a verdade é que nunca fizeram nada por aquela freguesia. Essa é a grande realidade. Quando acontece alguma obra, nem é preciso que seja daquela envergadura, há sempre alguém que faz aquela demagogia, aquela política do contra e do deita a baixo. Isso é muito triste. Devem olhar as coisas com certo realismo, independentemente das cores partidárias, e devem ver que as coisas fazem falta ao povo, às pessoas. Contem com ele para esse combate político, em prol da razão e do povo.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que não sabe se o Senhor Presidente da Câmara Municipal conhece os documentos orçamentais que a Câmara Municipal apresenta. Tem uma rubrica específica para a fábrica da igreja. Pelos vistos a Câmara Municipal não tem assim uma dificuldade tão grande com o termo igrejas e em financiar o termo igrejas, porque é, exatamente, o termo que é usado na demonstração do plano plurianual de atividade e é o termo que é usado no próprio documento orçamental. Não percebe bem donde é que veio essa teoria da separação do estado e da igreja, quando é a própria Câmara Municipal que utiliza esse termo para colocar verbas ao serviço das fábricas de igreja. Invocar a questão da separação do estado com a igreja é não conhecer um plano de financiamento, que existe dentro do próprio estado e do Governo Central, que é muitas vezes muito elogiado por muitos municípios, relativamente ao financiamento de projetos no âmbito da igreja e da igreja católica em particular. Ouvi-lo nas críticas que lhe fez, parece que o Senhor Presidente da Câmara Municipal está a apresentar o seu primeiro orçamento. Não, o Senhor Presidente da Câmara Municipal está a apresentar o seu décimo orçamento. E como está a apresentar o seu décimo orçamento e muitas das críticas que o PS fez repetem-se de orçamento em orçamento, pensa que não os pode criticar por usarem uma coerência argumentativa para criticar aquilo que já criticavam no passado. Não o desmentiu que as verbas que estão previstas no orçamento têm um valor três vezes superiores para os espaços criativos, ou para as habitações criativas, do que para a habitação social. Isso resulta dos documentos orçamentais que a Câmara Municipal apresentou e não foi rejeitado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nem podia sê-lo, porque é isso que consta do orçamento. Isto foi o que o PS disse. Existe o triplo da verba para as habitações criativas, do que existe para as habitações sociais. Quem há uns anos atrás falava na necessidade de construir quatrocentos fogos de habitação social não foi o PS, foi o PSD, foi este Executivo e foi apoiado sempre pelo PS. Do projeto que foi delineado pela Câmara Municipal há alguns anos, para quatrocentos fogos de habitação social, quantos é que efetivamente estão concretizados. Isto é que era interessante dizer. São propostas e promessas do PSD e da maioria do PSD. Nunca disse que não se vai construir o museu das guerras peninsulares. O que disse foi que há vários orçamentos que é prevista uma verba para construir o museu das guerras peninsulares e a verdade é que passam os anos e passam os orçamentos e o museu não é construído. Não é o PS que diz que ele não vai ser construído, é a maioria do PSD que, pelos vistos, está com dificuldade em construí-lo. O Senhor Presidente da Câmara Municipal sabe que foi a balda dos Governos que integrou que colocou na Lei a necessidade de a apresentação das contas dos municípios fazerem a consolidação das contas das autarquias e das suas empresas municipais. Foi essa balda que deu origem a uma redução substancial da vontade dos Senhores Autarcas em criarem empresas municipais. Foi esse Governo que fez essas baldas que consolidou as contas das empresas municipais com as respetivas autarquias e a partir daí, vão todos espantar-se, deixou de acontecer a necessidade de criar tantas empresas municipais. É de facto um sinal da balda dos Governos que integrou. É melhor reduzir as transferências orçamentais para as empresas municipais, do que aumentar. Há uma coisa que o PS diz há vários anos, um euro para as empresas municipais é um euro a mais. Esta é a postura do PS. Elogiou a redução do ano passado para este ano e espera que nos próximos anos essa redução continue a verificar-se. O Senhor Vereador Humberto Marques vê, com total clareza e total clarividência, as verbas que estão inscritas no orçamento municipal para a concretização de um conjunto de obras, designadamente nas Gaeiras. O problema não é o Senhor

Vereador ver que as verbas estão lá. O problema é que os Gaeirenses não veem as obras acontecer. Esse é que é, verdadeiramente, o problema. Disse ao Senhor Deputado José Botelho que foi das poucas pessoas, se não a única, que esteve com atenção aquilo que o Senhor Deputado esteve a dizer. A sua atenção foi tanta que não retirou das palavras do Senhor Deputado rigorosamente nada que o motivasse a responder-lhe. Ouvia com atenção o que disse e não tem nada a responder-lhe.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não é o termo, não é a igreja, não são as ajudas, não é o financiamento. A Câmara Municipal há dez anos que apoia fábricas paroquiais e comparticipa recuperações que são património e são locais que fazem parte da comunidade e do urbanismo. A questão que focou foi o porta-voz do PS trazer na sua intervenção, como prioridade, a construção de igrejas. Isso faz toda a diferença. Elas estão no documento, mas não são eleitas como a prioridade da intervenção municipal. Foi isso que o Senhor Deputado não percebeu e continua a não perceber. Apoios haverá sempre, mas não é a Câmara Municipal que lidera e conduz isso. Não podem municipalizar as igrejas. Este assunto é discutido num plano de como é que é apoiada. Ocupam nessa matéria um local secundário, não protagonizam isso e demarca-se, completamente, da sua tentativa de querer apropriar-se de uma coisa que não deve ser apropriada por partidos políticos. A crítica sobre o Largo de São Marcos é injusta. O Largo de São Marcos tem um investimento de dinheiro dos contribuintes que permite fazer aquilo a que se chama a segunda fase. Quando diz que não foi feito nada no Largo de São Marcos, não tem razão, não é verdade. Não foi feita a segunda fase. Mas o processo de aquisição e de demolição está praticamente concluído e tem dinheiro do Município investido. Sem esse dinheiro não é possível fazer qualquer recuperação ou qualquer construção de edifícios. É preciso passar lá e ver. Não percebe porque é que é essa crítica. Um euro para uma empresa municipal é um euro a mais. Isto significa e traduz objetivamente uma posição que tem andado, até aqui, dissimulada, escondida. O PS é totalmente contra a existência de empresas municipais em Óbidos. Isto é a notícia desta Assembleia Municipal. É contra e vem agora dizê-lo, carregando na tecla demagógica. Isso é que é pena, porque existe um vento a favor. Vá explicar à economia, vá explicar às pessoas, ao movimento associativo, às comunidades que beneficiam da ação. É por isso que não saem da casa dos vinte por cento, porque não percebem o que acontece aqui. Não percebem o papel, a ação, a dimensão, a amplitude do que é a empresa municipal Óbidos Patrimonium. Não percebem, não têm jeito para a política. Não conseguem entender os interesses das comunidades, não conseguem perceber o que é a criação de riqueza, o que é a dinamização económica, o que é a coesão social. Foi graças à criação de uma empresa municipal que conseguiram todo o movimento associativo no Concelho de Óbidos. Nunca perceberam porque é que há eventos que têm mil e tal pessoas, e em que se projeta o verdadeiro voluntariado, isto é, ação espontânea das pessoas, ação cívica de colaborar para projetos sociais, culturais, desportivos, etc.. Se estivessem preocupados com as contas, não faziam o Óbidos Vila Natal, não faziam determinados eventos. Tem a certeza que o Senhor Deputado não tem a coragem para, perante o auditório, cheio de Obidenses, dizer-lhes na cara, que se fosse o responsável não faria nada do que a empresa municipal faz. Desafia-o para dizer publicamente que todo o conteúdo, todos os objetivos e toda a ação que é preenchida pela empresa municipal, que não contraiu empréstimo, que tem uma estrutura financeira equilibrada, não presta. A intervenção foi escrita para seguir por e-mail. A intenção não é tentar ganhar o apoio para uma causa, para um objetivo, para uma votação, como é próprio do jogo democrático. O objetivo é apenas espalhar uma informação, perante uma imprensa que aceita tudo o que lá cai e que, muitas das vezes, perdeu espírito crítico, espírito seletivo e a capacidade de fazer a mediação da informação junto da população e, portanto, publica tudo. Basta vir de quem vem. Não têm nenhuma dúvida porque é que o discurso está escrito. Está escrito por isso, ainda por cima sabendo que o Senhor Deputado é até uma pessoa com uma grande capacidade retórica, não necessitando de escrever o texto, ou de ler, caso não tenha sido ele. Este orçamento é um orçamento que trás mais investimento na educação, mais de vinte e tal por cento da

despesa de capital é a requalificação daquilo que será o último trajeto da formação pré-universitária no Concelho de Óbidos. Uma oportunidade histórica de mudança no setor da educação, depois do ciclo da construção do parque municipal, que souberam construir nos últimos três, quatro anos. Só por isso valia a pena aprovar o orçamento. O PS não veio propor nada de novo. O Presidente da Câmara Municipal, o Executivo e os restantes membros da Assembleia Municipal saem da discussão e da reunião, sem saberem o que é que o PS queria. Só queria, talvez, que o PSD não existisse. Este orçamento aposta na questão do empreendedorismo, na questão da inovação e na questão da requalificação urbana. É um orçamento que continua a dotar meios de intervenção às Juntas de Freguesia, que continua a fazer com que o Concelho mexa, que não corta em nada. Só isso valia para aprovar o orçamento. Quando liga a televisão, que não deve ser diferente da do Senhor Deputado, o que vê todos os dias é cortes, redução, paragens, suspender, congelamentos. A Câmara Municipal, com o orçamento, congelou alguma coisa, cortou nalguma coisa, reduziu, cortou a aspiração a alguém? Não há nenhum ator deste Concelho que se sinta prejudicado, para ser justo com este orçamento. Este orçamento é superior aos orçamentos em que tinham um clima de expansão económica. Não viu nenhum contraditório que justifique ou que aponte algum caminho alternativo. O PS não apresenta alternativa. Esta é a notícia. O PS não é, nesta situação de crise, alternativa. O PS continua a dizer aquilo que sempre disse e que é rejeitado há dez anos, pela população de Óbidos. A notícia é a aprovação, por esta Assembleia Municipal, de um orçamento, que nem sequer teve votos contra na Câmara Municipal. É um orçamento que não teve votos contra, até ao momento. É um orçamento que responde às aspirações da população, que mostra o posicionamento de resistência do Município de Óbidos e de inteligência na condução da sua ação. Um orçamento que aponta uma previsão de receitas de vinte e oito milhões, não é de excelência? Abriram a Assembleia Municipal a falar do último Presidente da Câmara Municipal. O melhor orçamento desse tempo que foi feito, e não foi há cinquenta anos, foi há dez, era de sete milhões, quatro vezes menos, com recurso a empréstimos. Hoje estão nos vinte e oito, numa crise profundíssima, intervencionados externamente. Depois vem-se dizer que o período que estão a atravessar é um período que obriga a que estejam unidos, com falinhas mansas, com frases muito interessantes, mas na hora da verdade é o dispare e é a crítica fácil e infundada. Saem da Assembleia Municipal com a consciência de que têm um instrumento aprovado em tempo. É um orçamento que posiciona o Concelho de Óbidos como um Concelho para enfrentar a situação difícil que o país atravessa. O orçamento é o trabalho da Câmara Municipal. Dá tanta coisa a tanta gente que não percebe porque é que alguns ainda teimam em dar o seu apoio. A não ser à luz de um posicionamento estático, que também conhecem, por parte da oposição, que antes de conhecer as coisas, já sabem como é que ela vai votar. Qualquer discussão também não ajuda a mudar qualquer sentido de voto ou a ganhar qualquer adesão de última hora. Para o PS este Executivo é mau e assim continuará e assim sempre será. Para o Executivo a oposição é uma oposição que não faz devidamente o seu trabalho. A oposição devia saudar este orçamento. Acreditam no documento, que é uma previsão, mas também é um documento que é apenas o ponto de partida e como ponto de partida é excelente. Mostra a capacidade do Executivo com realismo e a força que conseguem ter para enfrentar as dificuldades que os rodeiam. Pediu o apoio da Assembleia Municipal a este orçamento.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Municipais para dois mil e doze posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte votos a favor e seis abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Ausentou-se da reunião o Senhor Deputado Luís Carlos Guimarães de Carvalho.-----

---PONTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO MAPA DE PESSOAL DE DOIS MIL E DOZE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número sete mil novecentos e oitenta, de dezasseis de novembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta do Mapa de Pessoal de dois mil e doze.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa disse que esta matéria do quadro de pessoal que prevê a manutenção ou criação de vinte e nove admissões para a Câmara Municipal é uma matéria que lhe é particularmente cara, até porque tem algumas responsabilidades nesta matéria. Preocupa-a muito esta matéria. Se por um lado esta admissão ou manutenção destes postos de trabalho vem contribuir para que deixem de ir vinte e nove pessoas para uma situação de desemprego, ou venham a ser admitidas vinte e nove pessoas e, portanto, saem da situação de desemprego, por outro lado levanta-se uma outra questão que tem a ver com as orientações do Governo Central relativamente ao quadro de pessoal das Autarquias Locais. Ao aceitarem este quadro de pessoal, relativamente às admissões, provavelmente, no futuro, iriam ter de justificar ou o documento terá de ser revisto novamente na Assembleia Municipal. Chamou à atenção para o facto de Óbidos ter cerca de trinta funcionários municipais por cada mil habitantes. Será o rácio mais elevado no Distrito de Leiria. Se tiverem por comparação Caldas da Rainha, tem seis funcionários municipais por cada mil habitantes. É com alguma reserva, mas também dividida, que vê esta matéria. Deu a sua opinião pessoal relativamente ao primeiro ponto, mas crê que na última parte da sua intervenção faz emitir a opinião da bancada que representa.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço manifestou um repúdio muito expresso sobre a forma como decorreram algumas partes do debate sobre o orçamento. É perfeitamente inacreditável, onde houve ataques pessoais de todas as maneiras e feitios, num momento de dificuldade tão grande, como aquele que se atravessa no país e em que era necessário haver um tom e um espírito mais conciliador, onde se chegou até a fazer misturas com as posições que cada um pode tomar perante as igrejas. Todas essas questões mereceriam um pouco mais de respeito e sobretudo um bocado mais de sensatez na abordagem desses problemas, com intervenções perfeitamente contraditórias. Manifestou o seu repúdio pela maneira como, efetivamente, foi conduzido, dos vários lados, o debate sobre o orçamento.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que não lhe cabe estar a fazer a defesa da honra, propriamente dita, porque os destinatários desse repúdio não foram inteiramente identificados. Se se tratava dos membros da Assembleia Municipal, se de outras personalidades. O que ficou da intervenção do Senhor Deputado João Lourenço foi que assistimos a um ataque inacreditável à igreja. Nisto é inteiramente insuspeito. Houve, nesta discussão do orçamento, uma tática de um estratagema que foi usado, que foi de picar, assolar a Câmara Municipal com um discurso deste tipo, que estava, quer na declaração de voto do Senhor Vereador José Machado na Câmara Municipal, quer na intervenção escrita do Senhor Deputado Luís Carvalho e refere-se a que dez por cento das transferências para as freguesias são para as fábricas das igrejas. Não houve ataque nenhum à igreja católica, Nesta altura de constrição orçamental a prioridade primeira não é a construção de igrejas.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta do Mapa de Pessoal de dois mil e doze posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE MEIOS FINANCEIROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DOIS MIL E DOZE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número sete mil novecentos e setenta e oito, de dezasseis de novembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Delegação de Competências de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Óbidos para as Juntas de Freguesia no ano dois mil e doze.-----

---O Senhor Deputado Eduardo João disse que num ano económico tão difícil, com a situação conturbada, económica e não só, do país, sentirem, neste momento, um sinal em que, o ano passado, nas transferências do Governo Central, tiveram uma diminuição de cinco por cento, para dois mil e doze de seis e meio por cento, a Autarquia tem a coragem de passar a mensagem, fazendo um aumento nas

transferências para a delegação de competências de dez por cento. É, de facto, de louvar este esforço e de o reconhecer aqui, publicamente na Assembleia Municipal, a mensagem que estão a transmitir no trabalho de equipa que querem continuar a fazer. Deixou duas notas de solidariedade. A primeira tem a ver com as obras do Largo de São Marcos. Enquanto Presidente da Junta de Freguesia, continua disponível para ajudar a resolver o problema dos dois últimos resistentes à negociação das aquisições, que muitas vezes lhe parece traquinice política, porque não simpatizam com o Município. Não estão a prejudicar o Executivo, estão sim a prejudicar as Gaeiras e a sua população. O vento soprou durante muito tempo de feição, porque tudo estava a subir e quanto mais tarde mais crescia. Neste momento, pensa que na área do imobiliário, as pessoas devem ficar realistas e perceber que já passou esse tempo e que devem, elas próprias, sentir a importância que a obra tem e, acima de tudo, tornarem-se mais flexíveis e mais abertas para o diálogo. Louvou a paciência e a persistência do Município para com esses dois últimos resistentes. Deixou também uma nota extensiva àquilo que foi a distinção da Autarquia, como Autarquia familiarmente responsável. Tem sido feito um trabalho notável pelo CIS que tem partilhado uma comissão local muito importante com as IPSS e acima de tudo com as Juntas de Freguesia. Isto é um título que não pode passar despercebido, num momento tão difícil em termos familiares e sociais das famílias. Quer partilhar o agradecimento pelo trabalho de equipa que tem sido liderado pelo CIS, pelas IPSS e pelas Juntas de Freguesia. É muito importante esta distinção. Deixou publicamente o seu reconhecimento por isso e a abertura e disponibilidade das Juntas de Freguesia para continuarem, com a Autarquia, a trabalhar, no sentido de minimizar os custos enormes que a atual situação económica do país trás às famílias.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Delegação de Competências de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Óbidos para as Juntas de Freguesia no ano de dois mil e doze posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE VENDA EM HASTA PÚBLICA DE TRÊS PRÉDIOS URBANOS SITOS NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número sete mil quinhentos e oitenta e dois, de vinte e oito de outubro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Venda em Hasta Pública de Três Prédios Urbanos sítos na Freguesia de São Pedro.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado disse que, na altura, quando foi exercido direito de preferência para compra deste imóvel, tanto quanto se lembra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal falou que era intenção criar nesse espaço uma série de habitações criativas, com a finalidade de trazer mais população para a Vila de Óbidos. Entretanto, na documentação que foi entregue, constata que qualquer dos lotes, um deles já é um edifício, outros dois são lotes, destinam-se a comércio e serviços. Perguntou o porquê dessa mudança. Na alínea f), entidade que dirige a praça, e muito bem, vê-se que a praça é dirigida por uma comissão composta por elementos que a seguir se indicam: Engenheiro Carlos Pardal, Engenheiro Luís Almeida, Senhor Vasco Urbano, Engenheiro Nuno, Arquitecta Mafalda e Senhor Luís. No último parágrafo da primeira frase diz-se: “sendo o primeiro o Senhor Presidente ou quem ele delegar”. Pensa que tendo em conta os valores envolvidos e a importância que este ato pode revestir, só poderia ser delegado em alguém com formação técnica, qualquer uma destas pessoas, e não em outra pessoa que não estivesse especialmente formado ou vocacionado para este tipo de situações.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a Senhora Deputada está completamente equivocada. Nunca ouviu da sua boca, alguma vez que fosse, que os edifícios onde está instalada a farmácia fossem destinados a habitação. Nunca tiveram essa ideia. Desafiou a Senhora Deputada a demonstrar e a comprovar aquilo que está a dizer. Explicou, na Assembleia Municipal, que iriam fazer um esforço financeiro na aquisição, usando o direito de preferência, coisa que a Assembleia Municipal os acompanhou por unanimidade, salvo erro. Uma Assembleia Municipal extraordinária, convocada para



o efeito e onde explicou que era intenção da Câmara Municipal poder organizar, futuramente, um processo de loteamento para alienar de modo a poder compensar o investimento que estavam a fazer. Poderem alienar, neste caso, dois lotes que foram criados e um terceiro, que propõem em hasta pública, que é o sítio onde hoje está um café. O Executivo entendeu que não se justifica o Município ser dono, ser senhorio de cafés, criando a oportunidade para que a iniciativa privada, que já lá ocorre, possa ter a titularidade e o Município possa reequilibrar o investimento que ali foi feito. Estão a cumprir, rigorosamente, aquilo que foi explicado à Assembleia Municipal e que deverá, seguramente, constar em ata. A Senhora Deputada está perfeitamente equivocada quando vem dizer que o Município queria fazer ali habitações. Chegaram a prever a construção de habitações, num estudo que foi feito, há muitos anos atrás, retirando dali aquele parque de estacionamento. Não tem nada a ver com esta operação, tem a ver com o parque de estacionamento que lá existe, se conseguissem fazer um parque de estacionamento subterrâneo e se conseguissem concentrar e ter uma outra política de estacionamento, para fazer o fecho urbano daquela rua. Foram estudos que foram feitos entre dois mil e dois e dois mil e quatro. Há bastante tempo que abandonaram essa opção e essa versão, na medida que nunca conseguiram encontrar no mercado, nem em fundos públicos, qualquer recurso financeiro para poder esconder o estacionamento. Não havendo essa possibilidade, é um terreno que se mantém no domínio privativo do Município e cumpre a função de estacionamento. De habitação, o mais perto que houve foi isso, mas há muitos anos atrás. Pediu um bocadinho de rigor quando se está na Assembleia Municipal e para não inventarem coisas. Como Presidente da Câmara Municipal não aceita invenções, nem aceita este tipo de equívocos. Desmente, categoricamente, isso. Nunca trabalharam nesse sentido. Isso mostra uma distração enorme da Senhora Deputada, porque esta Assembleia Municipal já se pronunciou sobre outra hasta pública para este loteamento. Já se pronunciou sobre o loteamento. O uso que é dado em matéria de loteamento já veio à Assembleia Municipal. Estranha a intenção da observação da Senhora Deputada.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que repudia completamente. No outro ponto da ordem de trabalhos foi a mesma coisa. Não há necessidade, numa situação destas. A Senhora Deputada o que fez é que efetivamente estava enganada. E não está tão enganada como isso. O Senhor Presidente da Câmara Municipal tem razão. Não é preciso chamar nomes a ninguém, nem dizer que vem para aqui preconcebidamente para acusar e levantar acusações à Câmara Municipal. Não é nada disso que aqui se passa. Acabou de ler e efetivamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal nunca disse que isto era habitação. Uma pessoa não se pode enganar, é preciso ser logo tratada como se quisesse, acusatoriamente, aqui vir perseguir a Câmara Municipal, num momento em que o país está como está, em que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no ano passado, até disse que até preferia que o PS tivesse votado contra o orçamento. Numa situação destas, onde toda a gente quer, de uma forma ou de outra, uns melhor, outros pior, colaborar ou pelo menos não levantar problemas.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado disse que fez a devida ressalva. O que perguntou foi se, não estando equivocada, porque é que era para habitação e depois era para serviços. Pensa que é uma resposta simples, não ofendeu ninguém e também sempre foi cordial e educada com o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Nunca foi agressiva e se o foi, não foi intencional. Agradecia que na resposta que faz para consigo, fizesse o mesmo. Estão no exercício da democracia. Não está aqui para atacar ninguém. Está aqui para questionar e o Senhor Presidente da Câmara Municipal está aqui para responder, e é assim que deve ser, para não baixarem o nível daquilo que estão a falar.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a questão do tom, disse que agradece que quando está a explicar uma questão a Senhora Deputada não esteja sentada a dizer que disse, que disse, que disse, porque isso provoca que aumente a sua determinação, para que todos não tenham a menor das dúvidas. Agradece que em matéria daquilo que o Presidente da Câmara Municipal diz, ou não diz, leiam,

vejam bem e falem a seguir. Se não têm a certeza, não estejam a desmentir e a dizer, disse, disse. Agradeceu ao Senhor Deputado João Lourenço, que hoje está aqui a fazer um bocadinho de padre, porque está agarrado a um discurso moral, sobre comportamento. Além de ser uma pessoa muito agitada, só se desculpa porque o conhecem, é claramente aquilo que se chama um desconversador. Agradeceu as apreciações sobre o tom e sobre a forma como o Presidente da Câmara Municipal fala, porque não há nada que o ponha mais bem-disposto, do que conseguirem ter um ambiente agradável. Há uma coisa que não gosta. Não têm a certeza, não ponham a sua palavra em causa. É só disso que não gosta. De resto tem a maior das considerações por toda a gente, incluindo pela Senhora Deputada, pelas suas distrações, que não leva nada a mal. Mas não insista quando não tem a certeza.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Venda em Hasta Pública de Três Prédios Urbanos sitos na Freguesia de São Pedro posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO SEIS – APRECIÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS DO PROCEDIMENTO REFERENTE AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO (MT) E BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE): - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oito mil

cento e cinquenta e nove, de vinte e quatro de novembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização, a Repartição dos Encargos do Procedimento referente ao Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE).-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que o ponto chegou agora e não sabem do que se trata, porque não houve tempo de o ler nem estudar. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar uma explicação.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que querem efetuar um procedimento para o fornecimento de energia elétrica ao nível da média e baixa tensão especial e pedem autorização para fazer repartição de encargos. É uma questão meramente técnica e de contabilidade, em relação àquilo que deve atender o procedimento. O encargo deve estar repartido pelos anos. É uma questão puramente formal.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a autorização da Repartição dos Encargos por vários anos económicos, do Procedimento referente ao Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO SETE – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: - O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a Assembleia Municipal acabou por

correr bastante bem. O PS ameaçou, mas depois não conseguiu concretizar. Ameaçou do ponto de vista de fazer de mau no ponto do orçamento, mas depois acabou por recuar e não produziu nenhum voto contra. Crê que é a primeira vez, neste mandato, que não existe nenhum voto contra o orçamento. Crê também que pela falta do Senhor Deputado do PCP, que tem um registo já muito conhecido. O Município tem tido uma atividade muito importante. Destacou as obras da Lagoa de Óbidos, que vêm numa altura que acaba por ser bastante importante. Reforçar os cordões dunares nesta altura, nomeadamente no que diz respeito a Óbidos, a margem sul. As casas que lá foram construídas estão muito ameaçadas e toda aquela duna primária, pela deslocação, com a subida das marés e alguma agressividade marítima sobre aquela área. Estão mesmo a precisar de um reforço na margem sul. Espera

que dos trezentos e cinquenta mil metros cúbicos, algum vá para lá. Chamou à atenção que o Município de Óbidos tem hoje muitos convites para poder partilhar aquilo que é a sua atividade, no país inteiro, quer em matéria de ambiente, de educação, de empreendedorismo. Estão hoje a ser muito solicitados. Mais de uma dezena de convites, este mês, para representar o Município, o que é muito complicado. Fase às obrigações e ao trabalho que desenvolveram nos últimos anos, assumiram um posicionamento, uma avaliação, um relacionamento por parte de instâncias comunitárias muito importantes, que é matéria de orgulho do Município de Óbidos. Não é a primeira vez que é convidado por uma Direcção-Geral da Comissão Europeia para participar em eventos organizados diretamente pela Comissão Europeia. Aceitou a representação de Óbidos num workshop para definição de novas políticas em matéria de inovação, com um convite totalmente financiado, sem encargos para o Município, que aconteceu no dia oito e no dia nove em Copenhaga. Ontem esteve o Senhor Secretário de Estado da Agricultura numa reunião de trabalho com vários agricultores para procurarem encontrar uma solução para o início do sistema de rega, da rede de rega, do perímetro de rega que foi criado para a barragem. Construíram uma barragem que foi terminada em janeiro de dois mil e cinco e desde essa data, já vão quase sete anos, nada mais aconteceu em matéria de investimento agrícola. Procuraram e sensibilizaram-no para tentar reverter este cenário tão de distanciamento e abandono da agricultura. Houve muito boa vontade, até porque conseguiram há um ano, um ano e meio atrás, meter a candidatura no Proder, mas sem dotação orçamental. O Senhor Secretário de Estado anterior procurou ajudar, mas não conseguiu, face ao nível de compromissos que “encharcaram” o programa de financiamento da agricultura, que é o Proder e que já está em níveis de compromisso de noventa por cento. Obras como a de Óbidos, dificilmente, naquele volume, poderão ser contempladas. Houve a promessa de até final do ano ver o que conseguem fazer. Continuam, de uma forma muito invisível, a fazer o trabalho de captação de empresas e a procurar interessá-las por um território que só há muito pouco tempo começou a ter uma estratégia nesse sentido. Uma estratégia de médio e longo prazo. Ressaltou a abertura de uma escola de dança, que é muito interessante, de iniciativa privada de uma associação que abre, que aposta numa área artística no Concelho. Espera que a comunidade saiba aproveitar o potencial e a qualidade do projeto de dança, a quem a Câmara Municipal cedeu duas salas na antiga escola primária, mantendo aquele princípio de prioridade às antigas escolas, para que continuem a ser escolas, ou que continuem ao serviço da comunidade, o mais possível. Desejou um bom ano de dois mil e doze e um bom Natal. Deu os parabéns ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, ao Senhor Chefe de Divisão, à equipa da área financeira que trabalhou muito, que preparou e que fez com que fosse possível que a Câmara Municipal de Óbidos, se calhar, seja a primeira da região oeste a aprovar, sem nenhum voto contra, o orçamento para dois mil e doze. A Assembleia Municipal também veio em peso, mostrar o seu apoio. Sai bastante satisfeito por estarem com a casa arrumada e estarem preparados para um ano que, seguramente, vai ser muito difícil. Não percam a coragem, tentem reagir, porque é isso que têm que fazer e não percam a vontade de continuar a estimular os outros, porque as coisas não vão ficar, de repente, num oásis, mas é preciso não desanimar e vão precisar, mais do que nunca, de um espírito de interajuda e de compreensão generalizada. É importante haver mais compreensão por parte das pessoas, mais espírito de colaboração. A limpeza dos rios é obrigação exclusiva dos confinantes, mas não limpam nada. Chamaram-nos, chamaram a administração hídrica local e combinaram que a Câmara Municipal fazia a intervenção, segundo as regras de metade, põe uma giratória e eles põem outra, há antiga, plenários no meio da rua, ao pé do rio, sem papéis e com a administração a dar a sua autorização de um dia para o outro, por e-mail. Isto é possível, ainda é possível fazer coisas. O Senhor Secretário de Estado entrou no salão nobre, que estava cheio de agricultores, convidados dois ou três dias antes, que não se escusaram a participar obras e a ajudarem, porque é do interesse deles. O futuro vai ser isto. Vão ter que participar mais e ficar menos à espera de que o Estado, as Câmaras e as Juntas resolvam os problemas.

Têm que arregaçar as mangas e o Estado, as Câmaras e as Juntas não devem ficar de fora, mas não devem fazer tudo. É muito importante sentir que as pessoas começam a colaborar, porque começam a ter consciência que de facto é a única maneira. Que haja alguma coisa boa nestes tempos e que isso faça ressuscitar também um bocadinho mais a cidadania e a vontade de construir coisas coletivas. Vão fazer o convite generalizado a todos para que possam participar nas cerimónias do Feriado Municipal e acompanhar a Câmara Municipal, sem exceção, em todos os atos públicos que irão acontecer durante o mês de janeiro, chamando, mais uma vez, no início do ano, para estas coisas e para a importância daquilo que Óbidos está a fazer. Agora é altura de valorizar, mais do que nunca, aquilo que todos estão a fazer, por mais pequeno que seja. Não é o tempo só das grandes obras, dos grandes investimentos e dos milhões. Têm que fazer isto e é essa a mensagem que, como Presidente da Câmara Municipal, queria deixar no fim da Assembleia Municipal. Agradeceu o apoio dado às propostas da Câmara Municipal.----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que a lista dos processos em tribunal está muito circunstanciada. Apresenta umas novas ações de elevado valor, de questões várias. Perguntou se merecia algum comentário, se era alguma coisa de grave e se tem havido maior conflitualidade.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não lhe suscita qualquer comentário especial. Se compararem, devem ter menos processos.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO OITO – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: - Foi dada a palavra aos Munícipes presentes.-----

---Usou da palavra a Munícipe Isabel Maria Lobo de Azevedo Noronha, residente em Óbidos. Sobre a segurança nas muralhas, visto que tem havido alguns incidentes graves nos últimos anos, perguntou o que está a ser feito e se, eventualmente, já terão algum hipotético plano de contingência. Pediu informações sobre o relatório do entomologista do Instituto Superior de Agronomia, que se refere ao excesso de insetos estranhos, julga que sejam pragas, que estão a assolar, quer a Vila de Óbidos, quer o Concelho. Por último, solicitou informações sobre a eficácia e implementação do sistema de televisão por cabo.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a questão colocada sobre as muralhas e o acidente criou-lhes oportunidade de poderem partilhar aquilo que são as suas preocupações. O Município tem tido uma postura muito ativa, na forma como as muralhas, estando ao serviço de uma livre circulação, devem conter, nomeadamente, criando uma estratégia de regularização dos caminhos da muralha, coisa que fizeram em dois mil e três ou dois mil e quatro, o sistema de iluminação que favorece, nomeadamente no inverno, aos fins da tarde e à noite, com toda a valorização que também se retirou da própria muralha, para além da colocação de placas de informação em português e inglês, chamando à atenção para o perigo. Fora isto é muito difícil. Há sempre outro tipo de soluções. Umam podiam passar pelo condicionamento do acesso à muralha, que, à primeira vista, as pessoas não desejam. Talvez tenham que pensar nalguns troços, nalgumas áreas que são muito perigosas. A competência da intervenção é do estado central. As muralhas não são competência da Câmara Municipal, nem o Castelo de Óbidos. Tudo o que fizeram até aqui foi sempre em colaboração, por iniciativa da Câmara Municipal, mas passou sempre pelo estado central, nomeadamente, através dos organismos com competência jurídica em matéria do património. Fica preocupado com o facto de algumas pessoas andarem em locais com um determinado nível de à vontade e não sabe como é que não acontecem mais acidentes. Correr nas muralhas é uma coisa completamente impensável. Têm placas colocadas e as pessoas não ligam. Agora tiveram um acidente em que a pessoa estava a sair da muralha. Provavelmente criou uma relação de confiança e quando vinha a sair tropeçou e teve uma queda que foi fulminante. A família estava a acompanhar o turista e procurou fazer reanimação, mas não conseguiu, até porque tinha dois médicos na mesma. Não houve aqui a situação da demora de meios. Foi imediatamente assistido, mas caiu mal. A

comunicação social noticiou que caiu de quinze metros, quando caiu de cinco. Estão a pensar numa estratégia diferente para a muralha de Óbidos e vão apresentar as ideias quando elas também estiverem devidamente amadurecidas. Estão a trabalhar muito nisso, no sentido de poderem sensibilizar o estado central para deixar implementar uma estratégia que passe por uma maior responsabilização individual. Há a tendência de ver qual é que foi a entidade pública que falhou, quando há um acidente. A responsabilidade é individual. Não podem fazer mais do que aquilo que fazem. Se construíssem um muro da parte de dentro, estariam a destruir um bem na forma como o herdaram da idade média. Estariam a desvirtuar a autenticidade de um património e deixariam de poder dizer que aquela muralha estava intacta desde a idade média. Isso tem um valor. As vidas humanas contemporâneas também têm um valor. Têm que gerir isto de outra maneira e têm que carregar muito na questão da responsabilidade, de apenas permitir determinados grupos alvo, ou de maior risco, com acompanhamento. Permitir fazer um zonamento de alguns troços considerados menos perigosos. Poder testar uma outra solução que permita ainda reforçar aspetos de segurança. Há sempre coisas a fazer e podem sempre dizer que não está tudo feito. Se subirem o número de acidentes, têm que subir na abordagem. Se têm dois milhões e de vez em quando, de dez em dez anos, há uma pessoa que cai, obviamente que descem na abordagem. Apesar de não terem responsabilidades, estão muito preocupados. Seja qual for a estratégia, cada um tem que ser responsável e cada um tem que ter cuidado. Agradeceu à televisão e à comunicação social por ter difundido isto, porque acha que não é mau para Óbidos. Atenção que as muralhas de Óbidos são perigosas. Não diz outra coisa. Recebeu uma delegação estrangeira que fez uma breve visita a Óbidos e chamou à atenção. Faz sempre isso. As pessoas têm que ter cuidado e felizmente que a maioria tem. Às vezes acontecem estas coisas que os deixam muito tristes. É pena que tenha que acontecer isto para que os meios difundam a mensagem. Vão ter que intensificar na dramatização do perigo da muralha de Óbidos, embora de uma forma adequada, de modo a não fazer afastar as pessoas da Vila de Óbidos. Querem as pessoas na Vila, mas não querem que corram riscos muito elevados.-----

---O Senhor Vereador Humberto Marques pediu que a Senhora Múncipe lhe enviasse o relatório do entomologista do Instituto Superior de Agronomia, para o ler. Sabem que o aumento médio da temperatura acima dos sete graus, tem feito com que o número de horas de acumulação de grau de crescimento de insetos tenha aumentado e portanto as gerações têm aumentado também por si. A circunstância é verdade para insetos que possam ser mais fitófagos ou mais nocivos, mas também para aqueles que têm a função de auxiliar. A natureza é que nos controla. Às vezes é preferível distanciarem-se desses aumentos de populações para não fazerem asneira, ou pelo menos fazerem o mínimo de asneira possível. Às vezes é pior a intervenção do que a não intervenção. Sobre a televisão por cabo disse que hoje já se nota muita diferença na qualidade do sinal. Ainda não estão no expoente máximo da sua qualidade. No decorrer dos próximos meses vão ter condições para ter qualidade de sinal e, em simultâneo, ter um outro conjunto de serviços, para além da televisão. Vão ter a possibilidade de ter uma internet muito mais rápida no Município, com o pacote de setenta canais, dentro do perímetro muralhado.-----

---A Múncipe Isabel Maria Lobo de Azevedo Noronha disse que tem vindo a reparar que quando se entra na Porta da Vila e se olha para o fundo, vê-se aquela construção junto à Pousada do Castelo. Considera aquilo uma violência estética. Gostaria de saber o que se passa.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que é uma questão muito bem colocada. É uma questão que lhes merece um total repúdio. É uma construção nova, não é recuperação. Há ali duas partes. Uma que é a recuperação do edifício que está a respeitar o projeto aprovado e outra é uma violação da licença de construção e a obra está embargada. Aquela construção é uma asneirada de todo o tamanho. Hoje houve uma reunião sobre este assunto com a Senhora Vereadora Rita Zina. Fosse qual fosse a decisão final que a Direção Regional de Cultura viesse a tomar, o Município estaria contra,

mesmo que fique sozinho. Não aceitam aquele tipo de intervenção naquela zona. É um impacto muito violento e vão pedir, obviamente, a demolição daquela construção. Têm tido, internamente, todos, uma sintonia muito grande em relação a essa questão.-----

---A Senhora Vereadora Rita Zina disse que é incompreensível, principalmente vindo de uma entidade com a responsabilidade que o Grupo Pestana tem, enquanto entidade que gere as Pousadas de Portugal. Não se compreende como é que têm a coragem de fazer aquilo que fizeram em Óbidos, que foi, de facto, dar início a uma obra que não respeita, em nada, o projeto que estava aprovado. A obra está embargada desde o dia vinte de julho e tem havido uma série de reuniões entre os técnicos da Câmara Municipal, os técnicos do Igespar, os técnicos da Direção Regional de Cultura e os técnicos autores do projeto no sentido de encontrar uma solução para a situação que está criada. Aquilo que lá está não é aceitável. Tem sido transmitido, nas diversas reuniões, que não é aceitável. Têm sido indicados os princípios a que a proposta deve obedecer, portanto, os mesmos princípios a que obedeceu a proposta licenciada. Enquanto o Grupo Pestana não apresentar uma proposta que seja consentânea com essas premissas, não será aceite. Ainda hoje houve uma reunião entre a Câmara Municipal e a Direção Regional de Cultura no sentido de acertar posições e estão em sintonia. O Senhor Diretor Regional de Cultura transmitiu também a sua oposição fase às propostas que têm sido apresentadas pelo Grupo Pestana. Portanto, não é de aceitar. Ou o Grupo Pestana faz a proposta que foi licenciada, ou faz uma proposta alternativa num curto prazo, que cumpra os mesmos princípios. Estarão disponíveis para depois analisar.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que na sua opinião a Senhora Vereadora do património foi convidada a ir a Lisboa na qualidade de consultora do Senhor Diretor Regional. Só quem tem qualidade no seu trabalho é que merece este tipo de crédito, de influenciar a decisão de um Diretor Regional de Cultura, que tem ele, sim, a competência jurídica em matéria de património. Quando ouve fazer críticas à abordagem e até aos saberes de intervenção patrimonial que esta Câmara Municipal tem, acha que quem faz isso não percebe e não sabe aquilo que está a dizer. Convidou a Arquitecta Rita Zina para ser Vereadora, porque conhecia-a e tinha na cabeça que dentro da equipa havia um conjunto de áreas que precisavam de ser desenvolvidas por uma pessoa com o seu perfil. Quer, nesta ocasião, testemunhar a qualidade desse trabalho. É rara a vez em que a Direção Regional ou o Igespar não concorde com as soluções que a Câmara Municipal lhe apresenta. A Direção Regional não quis emitir a sua posição sem saber a da Câmara Municipal. Isto é extremamente elogioso para a Autarquia, para o nome de Óbidos e para a responsabilidade que Óbidos teve, tem e deverá continuar a ter em matéria de defesa do património. Hoje viu, na Cerca do Castelo, a colocação de um vão com um aro completamente desapropriado no Castelo de Óbidos e, de facto, isto não pode ser. Farão uma reacção muito enérgica sobre essas matérias. Não só sobre as questões de pormenor ou sobre aspetos que podem aceitar, ou não. São sobre questões que criam impacto na paisagem urbana, na paisagem arquitetónica, e que deformam um bocadinho aquilo que é o património, tal como sempre o entenderam. Têm uma atitude muito determinada e até muito agressiva nessa área, porque se não o fizerem, então não estão à altura do bem que receberam. Isso é algo que às vezes vale pressões, vale inimizades, vale incompreensões, vale uma série de coisas. O património vale muito mais que tudo isso. Tudo isso é efémero e o património fica. Felicitou o trabalho da Senhora Vereadora nesta matéria. Estão a preparar um trabalho para dois mil e doze, muito importante, que é a revisão do plano diretor. Vão iniciar um ciclo de reuniões internas, numa primeira fase, de longas maratonas de aglomerado a aglomerado, para em dois mil e doze irem para a discussão e irem ouvir o que é que as pessoas querem fazer do Concelho com a Câmara Municipal, com representantes de cada local, e qual é a estratégia. Têm a responsabilidade de propor. É isso que estão a afinar antes de propor e também ouvir, dentro da equipa interna, essas questões. É uma das áreas em que vão trabalhar muito em dois mil e doze e era um dos compromissos de trabalho do Executivo.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que a Junta de Freguesia de A dos Negros solicitou que informasse e convidasse todos os presentes, em nome da mesma, a estarem presentes nos dias vinte e cinco, vinte e seis e vinte e sete de novembro num evento que se chama Jornadas da Palavra e do qual constam exposições, música, poesia, colóquio, teatro e muito mais. A entrada é livre e o convite está feito. A Junta de Freguesia de A dos Negros terá todo o prazer em receber o maior número de famílias neste evento. Em seu nome e em nome da Mesa, desejou a todos um bom Natal, boas festas e um feliz e santo ano novo.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas zero horas e quarenta minutos, do dia vinte e cinco de novembro do corrente ano. E eu, Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta ata que vou assinar.-----